

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 121.176 - ES (2019/0355534-3)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
RECORRENTE : VALDELES SANTOS DE JESUS FARIAS (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido liminar interposto por VALDELES SANTOS DE JESUS FARIAS contra acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.

Depreende-se dos autos que a recorrente foi presa em flagrante, no dia 2/4/2016, pela prática do crime de homicídio qualificado. Posteriormente, o Magistrado de piso converteu a custódia em preventiva.

O Ministério Público estadual ofereceu denúncia em 18/4/2016, dando a ora recorrente como incurso no art. 121, § 2º, I, III e IV, do Código Penal (e-STJ fls. 43/46).

Segundo a acusação, a recorrente era casada com a vítima e, desejando obter benefício financeiro, planejou com corréu a prática criminoso. O corréu, em encontro marcado com a vítima, golpeou-a com uma bengala na região da cabeça e, após, saiu ao encontro da ora recorrente. Consta da denúncia que "a denunciada Valdeles, então, dirigiu-se sozinha ao local do crime e lá chegando percebeu que a vítima ainda estava viva, momento em que se apoderou de um cabo de cavadeira e efetuou golpes na cabeça da vítima até a mesma morrer" (e-STJ fl. 63).

No dia 11/5/2017, o Juízo de origem pronunciou a recorrente imputando-lhe a conduta pela qual foi denunciada (e-STJ fls. 62/65). Consta, ainda, dos autos que, em 10/1/2018, a defesa instaurou incidente de insanidade mental e, no dia 13/12/2018, o Magistrado de piso homologou o laudo psiquiátrico (e-STJ fl. 61) e determinou a intimação das partes.

A defesa impetrou ordem de *habeas corpus* na origem, requerendo a revogação da prisão por excesso de prazo. A ordem foi denegada em acórdão publicado no

dia 2/9/2019 (e-STJ fl. 90) e assim ementado (e-STJ fl. 87):

HABEAS CORPUS. EXCESSO DE PRAZO PARA JULGAMENTO. PRISÃO PREVENTIVA. CONSTRANGIMENTO . ILEGAL. NÃO OCORRÊNCIA. CONDUÇÃO REGULAR DO PROCESSO. PAUTA DE JULGAMENTO COM EXCEDENTE. PREVISÃO DA PENA EM ABSTRATO. PROPORCIONALIDADE.

1. O excesso de prazo para julgamento da ação penal não pode ser contado a partir de média aritmética dos atos . processuais, sendo necessária a análise do processo a partir da razoabilidade e da inexistência de desídia por parte do julgador. Precedente STJ.

Alega a defesa, nesta oportunidade, excesso de prazo na prisão provisória, pois a *"Recorrente está pres[a] desde o dia 03/04/2016, encarcerad[a] cautelarmente há mais de 03 (três) anos em razão do atrasado trâmite do processo nº 0006232-37.2016.8.08.0012 perante a 4ª Vara Criminal de Cariacica/ES, por fato descrito no art. 121, § 2º, inciso II e IV do Código Penal"*, sem previsão para a formação da culpa (e-STJ fl. 94).

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão de liberdade até o julgamento do presente recurso (e-STJ fl. 101).

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Assim, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, sem o que não há como verificar o alegado constrangimento ilegal.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau e ao Tribunal de

Superior Tribunal de Justiça

origem, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser informada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste expediente.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator